

## Coluna do Castello

### Para Sarney seria afinal a posse

**A** medida que se aproxima a definição pela Constituinte do mandato do presidente José Sarney mais evidente vai se tornando a importância do fato e seu reflexo no andamento da política brasileira. A previsão hoje é a do mandato de cinco anos e um ambiente eufórico toma conta do Palácio do Planalto, na expectativa de que o fato representaria a plena posse do sr Sarney na Presidência da República. Embora não se espere um novo ministério, espera-se uma nova política a ser desenvolvida com base na liberdade de movimento que conquistaria o chefe do governo, embora seu tempo efetivo de mandato seja de pouco mais de um ano e meio a partir dessa segunda posse simbólica.

Não há certeza, contudo, de que a Assembléia vote o mandato amanhã ou depois de amanhã, quando haverá, segundo as previsões, o maior índice de comparecimento ao plenário da Constituinte. Hoje o dia será dedicado ao problema do índio, último capítulo do texto permanente. Há itens polêmicos embutidos no capítulo e reivindicações respaldadas por um agressivo lobby indígena nos corredores do Congresso. No entanto negocia-se ao mesmo tempo nas lideranças a prioridade para votação da matéria variada, que vai do mandato do presidente a concessão de favores e facilidades a grupos e a entidades, como a Suframa, e discussões como a reinvidicada elevação do Triângulo Mineiro à condição de novo estado.

Os assessores do presidente, prevendo dificuldades no andamento da votação, preparam-se até mesmo para o adiamento da decisão para depois do dia 9 de junho, quando o presidente retornará dos Estados Unidos e o sr Ulysses Guimarães reassumirá a presidência da Assembléia, que deixará no primeiro domingo para assumir como substituto a Presidência da República. Não se deve afastar igualmente a hipótese de mudanças do *mood* da Constituinte, a qual está sempre presente na mente do presidente José Sarney, que não antecipa vitórias. Ele confia nos votos prometidos e sabe que há crescente consciência dos riscos que a convocação de eleição presidencial para este ano poderia oferecer.

Não há dificuldades materiais para realização de eleições, em qualquer época. A Justiça Eleitoral está aparelhada para regulamentá-las e realizá-las na data definida pelo poder competente. A questão é política e institucional por envolver compromissos, que o governo tem como irremovíveis, de civis e militares em torno da transição



democrática. Apesar desse diagnóstico preventivo, não há expectativa de golpe militar caso a Constituinte opte pelo mandato de quatro anos nem de que o sr José Sarney pratique gesto de inconformismo, como, por exemplo, a renúncia. A sucessão seria, na avaliação do presidente e dos seus auxiliares, altamente crítica pela desagregação dos partidos e a inexistência de candidatos aptos a obter o respaldo do eleitorado e a confiança dos grupos influente nas decisões nacionais.

Já os cinco anos aliviarão as tensões político-partidárias, permitindo que o governo consolide seu plano de ajustamento econômico-financeiro, mediante o qual espera fazer com que a inflação reflua, a economia se reaqueça e se negocie satisfatoriamente a dívida externa. Tudo isso ficaria comprometido pela convocação de eleição sucessória para este ano. O ponto de tensão se resumiria depois do mandato de cinco anos ao confronto entre a CPI do Senado e o governo, cujo desdobramento está pendente da decisão dos senadores que definirão o procedimento judicial seguinte. Por enquanto no Palácio prefere-se não se pensar no assunto.

As atenções ali se voltam para a mensagem de otimismo que seja produzida pelo presidente Sarney, confiante de que elevará a produção agrícola até 1990 a quase 100 milhões de toneladas de grãos com o êxito dos planos de irrigação no Nordeste, sobretudo no Piauí, retomará o crescimento qualificado do parque industrial e reestruturará uma base partidária confiável para encaminhar, na eleição de 1989, a sucessão presidencial. O presidente imbuíu-se da convicção de estar acertando e de que continuará a acertar se lhe derem o tempo para realizar a etapa final do seu governo. A dissidência esquerdista no PMDB reforçaria a posição dos governadores, beneficiados pela transferência de atribuições e fundos da Previdência Social. Aliados ao núcleo partidário que se reforçará em torno da liderança do sr Ulysses Guimarães, dariam tranquilas soluções políticas para o restate da transição.

### A situação de Ulysses

Apesar de ter o sr Ulysses Guimarães recusado a hipótese de eleger-se por via indireta vice-presidente da República, cargo que poderia ser criado nas Disposições Transitórias da Constituição, o governo insistiria no assunto a sua revelia. O presidente da Constituinte está impedido de disputar mais uma vez a presidência da Câmara. Uma emenda que o beneficiasse, permitindo a recondução livre dos membros da Mesa, poderia ser rejeitada ou, se aprovada, não lhe asseguraria a vitória numa disputa dentro da Câmara cuja unidade vai sendo engolida pela desagregação dos partidos.